



CLIPPING

Quinta-feira

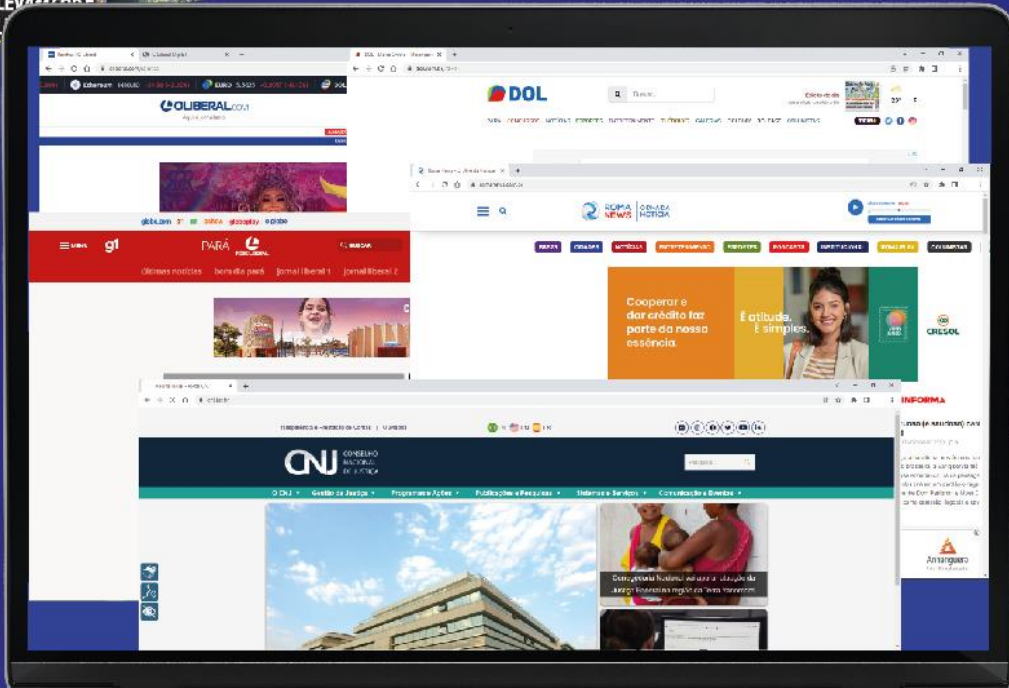
22 de Fevereiro

de 2024



SEU BOLSO SALÁRIO MÍNIMO PODE TER REAJUSTE DIA 1º DE MAIO

A informação é do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. Ele também destacou a retomada das obras públicas como um impulso para oportunidades de emprego.



Entenda como funcionará o Exame Nacional da Magistratura

TRIBUNAIS

Luiza Mello

Criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no final do ano passado, o Exame Nacional da Magistratura (Enam) foi detalhado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso. Segundo ele, a aprovação no exame, com provas marcadas para o dia 14 de abril, será pré-requisito para candidatos à magistratura em qualquer tribunal brasileiro.

“Os tribunais continuam autônomos para fazer seus concursos, mas para se inscrever nos concursos estaduais e federais, é preciso ter passado nesse

exame nacional”, explica. A medida se aplica à Justiça Federal, Estadual, Trabalhista e Militar. Segundo Barroso, que é também presidente do CNJ, o exame tem o propósito de selecionar os melhores quadros possíveis.

O exame deve ocorrer pelo menos uma vez por ano, de forma simultânea, nas capitais de todos os estados da Federação e no Distrito Federal. Luís Roberto Barroso explica que a proposta é estabelecer um padrão mínimo nacional de qualidade para juízes.

“É uma forma de eliminarmos dúvidas sobre a aplicação de exames em nível estadual. Assim, conseguimos uniformizar a qualidade, assegurar a mora-

lidade desses concursos e talvez fazer provas que testem mais a vocação do que propriamente a decoreba de matérias”, acredita.

INSCRIÇÕES

As inscrições, que foram abertas no dia 7 de fevereiro, se encerram no dia 7 de março. De acordo com o CNJ, mais de 25 mil interessados se inscreveram. A expectativa é de que até 100 mil candidatos participem dessa primeira edição.

Criado pelo CNJ quando era presidente a ministra Rosa Werber, o Exame Nacional da Magistratura busca promover transparência e fortalecimento do caráter nacional da magistratura; uniformização de nível, valorizando o raciocínio, a

resolução de problemas e a vocação para a magistratura, mais do que a mera memorização de conteúdos; e a democratização do acesso à carreira da magistratura, tornando-a mais diversa e representativa.

Organizado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), sob supervisão do CNJ, com a colaboração da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados do Trabalho (Enamat), o exame terá como integrantes da comissão de concurso representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Os candidatos a juiz fa-

rão prova objetiva com 50 questões, elaboradas de forma a privilegiar o raciocínio, a resolução de problemas e a vocação para a magistratura, divididas entre: direito constitucional (8 questões); direito administrativo (6 questões); noções gerais de direito e formação humanística (6 questões); direitos humanos (6 questões); direito processual civil (6 questões); direito civil (6 questões); direito empresarial (6 questões); e direito penal (6 questões).

O exame tem caráter apenas eliminatório, não classificatório, sendo considerados aprovados todos os candidatos em ampla concorrência que obtiverem ao menos 70% de acertos na

prova objetiva, ou, no caso de candidatos autodeclarados negros ou indígenas, ao menos 50% de acertos. A aprovação no exame terá validade de dois anos, contados a partir da divulgação do resultado definitivo.

Os candidatos com deficiência terão condições especiais asseguradas de acordo com a deficiência que cada um apresentar, e serão avaliados nos mesmos conteúdos exigidos no certame geral, podendo haver ampliação do tempo de prova em até uma hora, como já prevê resolução vigente do CNJ, além de terem garantidas providências que viabilizem o pleno acesso dos candidatos ao local e realização das provas.

Homem com mandado de prisão em aberto por homicídio é preso pela Polícia Civil em Santarém

A esposa também foi apresentada por esconder o acusado. A prisão aconteceu por volta das 13h próximo à rodoviária de Santarém.

Por **Dominique Cavaleiro**, g1 Santarém e região — PA

21/02/2024 17h33 · Atualizado há 16 horas



Ivo Alex Nogueira foi preso próximo à rodoviária de Santarém — Foto: Redes Sociais

Um homem com mandado de prisão em aberto foi preso pela Polícia Civil em [Santarém](#), no oeste do Pará. Ivo Alex Nogueira foi preso por volta das 13h desta quarta (21) próximo à rodoviária.

A mandado de prisão foi cumprido pela Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE) sob o comando do delegado Erik Petterson. De acordo com informações

a Polícia Civil, a equipe recebeu a informação que Ivo Alex Nogueira estava em uma espécie de kitnet junto com a companheira.

Ainda de acordo com a Polícia Civil, a equipe iniciou o monitoramento no local que também é suspeito de ser um ponto de venda de drogas – boca de fumo.

O Investigador Rodrigo Carioca informou que no momento da chegada da polícia no local, a companheira do acusado tentou dificultar a prisão escondendo Ivo.

“Ela foi apresentada porque estava mentindo sobre os dados do acusado e escondendo ele lá”, contou o investigador.

Ivo Alex Nogueira responde pelo crime de homicídio que aconteceu em 2017. O casal foi apresentado na 16ª Seccional Urbana de Santarém, onde o caso foi registrado para os procedimentos cabíveis.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Estão abertas as inscrições para Casamento Coletivo de 2024 em Santarém; saiba como participar

De acordo com informações do Cejusc, a cerimônia está marcada para o dia 07 de junho.

Por g1 Santarém e Região — PA

21/02/2024 09h37 · Atualizado há um dia



Casamento coletivo, Viva a Vida, Santarém (imagem meramente ilustrativa) — Foto: Gustavo Campos/G1

Para quem tem interesse de unir-se em matrimônio, o casamento coletivo de 2024 está com inscrições abertas em Santarém, no oeste do Pará, até 07 de maio. **Confira documentações necessárias abaixo.**

De acordo com informações do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), a cerimônia está marcada para o dia 07 de junho. As inscrições estão sendo realizadas de segunda a sexta-feira.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Para aqueles que desejam participar basta comparecer presencialmente em dois locais: no Cartório Prainha de Santarém, situado na Av. Mendonça Furtado, 419, em frente à Praça Elias Pinto, das 9h às 16h; ou no Cejusc Santarém, localizado no Fórum de Justiça, na Av. Mendonça Furtado, bairro Liberdade, das 8h às 12h.

Os requisitos para participação variam de acordo com o estado civil e a idade dos candidatos. Confira:

Solteiros entre 16 e 18 anos:

- Consentimento dos pais com assinatura reconhecida em cartório;
- RG ou CNH do(a) noivo(a);
- CPF do(a) noivo(a);
- Certidão de nascimento original do(a)
- noivo (a);
- Comprovante de residência;
- Formulário do cartório preenchido;
- Comprovante de inscrição em programas de assistência.

Solteiros maiores de 18 anos:

- RG ou CNH do(a) noivo(a);
- CPF do(a) noivo (a);
- Certidão de nascimento original do(a) noivo(a);
- Comprovante de residência;
- Formulário de cartório preenchido;
- Comprovante de inscrição em programas de assistência.

Divorciados:

- Certidão de casamento com averbação do divórcio;

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

- Processo de divórcio ou Escritura Pública do Divórcio;
- RG atualizado com estado civil
- Comprovante de residência;
- Formulário do cartório preenchido;
- Comprovante de inscrição em programas de assistência

Viúvos:

- Certidão de casamento original com anotação do óbito;
- Cópia autenticada da certidão de óbito do cônjuge falecido;
- RG atualizado com estado civil de CPF do(a) noivo(a);
- Formal de Partilha (caso haja inventário);
- Comprovante de residência;
- Formulário do cartório preenchido;
- Comprovante de inscrição em programas de assistência

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Político marajoara é preso por não pagar pensão alimentícia às filhas

A mãe das duas filhas do vereador cobra um valor que estaria acumulado em aproximadamente R\$ 8 mil



O Liberal

21.02.24 19h43 -Atualizado em 21.02.24 20h15



A imagem mostra o vereador Joãozinho Ferreira. (Reprodução)

O vereador **Joãozinho Ferreira**, presidente da **Câmara Municipal de São Sebastião da Boa Vista**, foi preso nesta quarta-feira (21) por não pagar a pensão alimentícia para as duas filhas. O político foi apresentado na delegacia do município marajoara. Segundo levantamento feito pelo site Notícia Marajó, o processo tramita em segredo de justiça na 5ª Vara de Família de Belém desde 2009.

A mãe das duas filhas do vereador cobra um valor que estaria acumulado em aproximadamente R\$ 8 mil. O mandado de prisão foi cumprido pelo oficial de Justiça com o apoio de policiais do 81º Pelotão Destacado de Polícia Militar (81º PDPM).

O Notícia Marajó tentou contato com o vereador, mas não foi atendido. As mensagens deixadas também não foram retornadas. Um funcionário de Joãozinho atendeu ao telefone, mas não soube dar mais informações sobre o caso. A procuradoria jurídica da Câmara Municipal de São Sebastião da Boa Vista não foi localizada. As redes sociais de Joãozinho Ferreira também não foram atualizadas.

Por nota, a Polícia Civil confirmou que "um homem", sem mencionar a identidade do mesmo, foi apresentado pela Polícia Militar na delegacia de São Sebastião da Boa Vista para cumprimento de mandado de prisão expedido pela Justiça por não pagamento de pensão alimentícia.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br